

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Esqueletos fósseis	2
Título: Apesar do TST, papéis da Petrobras sobem.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	6
Título: Analistas recomendam cautela com ações de estatais	6
Título: Medidas do ajuste fiscal emperram.....	7
Título: Projeto do pré-sal favorece Petrobrás.....	8
Título: Interferência do governo atrapalha venda de refinarias.....	11
Título: Petrobras prevê pagar ação bilionária de forma progressiva.....	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Revés de R\$ 15 bilhões no TST ameaça a Petrobras.....	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Esqueletos fósseis**

A conta de R\$ 17 bilhões que a Petrobras foi condenada a pagar a 51 mil funcionários ativos e aposentados é mais um esqueleto deixado pela gestão petista. A quantia é uma enormidade. Para se ter a ideia, toda a receita estimada pelo estado do Espírito Santo este ano é de R\$ 16,8 bilhões. É equivalente a 23 vezes o Orçamento do Ministério da Cultura, antes dos cortes impostos pelo governo.

O acordo foi feito pela Petrobras quando ela era presidida por José Sérgio Gabrielli e tinha um sindicalista na diretoria de Recursos Humanos. Foi considerado muito generoso na época e os dois lados comemoraram os resultados da Remuneração Mínima de Nível e Regime. Os jornais dos sindicatos explicaram como se calculava o piso e era exatamente como a empresa estava executando. E ao contrário do que foi dito por alguns ministros do TST, não trata o trabalhador em área de risco da mesma forma que o do escritório. Há diferenças de pisos. O acordo coletivo foi confirmado em 2009 e só virou um problema três anos depois de assinado, quando os sindicatos perceberam que o texto continha brechas que permitiriam outro entendimento. E, obviamente, passaram a requerer mais. Esse é o papel dos representantes sindicais.

A empresa deveria ter analisado o problema, redigido um bom acordo, feito o balanço dos riscos de maneira mais acurada ao longo dos últimos anos. O comitê que decide sobre provisionamento inclui as áreas jurídica, contábil e de conformidades e riscos. Esse comitê avaliou que não era provável que a empresa perdesse a ação. Era apenas "possível". Assim recomendou que a estatal não fizesse a provisão. E ela deveria ter feito, tanto que perdeu a ação no TST.

A Petrobras vai recorrer e diz que tem esperança de conseguir inverter o resultado. Continua confiando na vitória apesar de o presidente do TST, ministro Brito Pereira, ter lembrado que o tribunal é a última instância em questões trabalhistas e avisado que a sentença terá que ser cumprida tão logo o acórdão seja publicado.

Resta à Petrobras recorrer ao próprio TST, mas que argumentos levariam os ministros a mudar o entendimento? A empresa poderá recorrer ao STF, se houver uma questão constitucional envolvida.

Essa quantia despenca sobre a companhia quando ela se esforçava para reduzir os custos e resolver conflitos e passivos que haviam ficado das gestões anteriores do governo do PT. A empresa foi atingida pela corrupção que provocou entre outros problemas ações no exterior contra a companhia e que já custou um enorme volume de recursos para serem resolvidos. Teve também que suportar o ônus de investimentos decididos por razões políticas e que foram abandonados por serem inviáveis. Tudo teve que ser lançado a prejuízo. Aguentou por anos o custo do subsídio aos preços dos combustíveis. E agora, se for confirmada a derrota nessa ação bilio-nária, terá que pagar o preço de um acordo mal feito, mal redigido e mal executado. São muitos os esqueletos que ficaram da gestão petista na estatal e eles ainda não foram todos equacionados.

Os erros cometidos na administração do governo passado custaram no mínimo US\$ 80 bilhões. Metade disso foi o custo de ser obrigada a vender combustível com preço controlado muito abaixo da paridade internacional. No Comperj, foram investidos US\$ 13 bilhões sem retorno. O custo de Abreu e Lima que não será recuperado é calculado em US\$ 10 bilhões. As duas refinarias premium que foram lançadas a prejuízo representaram US\$ 1,5 bi. Tem ainda o que foi lançado como perdas por corrupção de R\$ 6,2 bilhões. A compra de Pasadena representou uma perda de US\$ 800 milhões a US\$ 1 bilhão. Na compra da refinaria Okinawa no Japão foram queimados outros US\$ 400 milhões. Esses são apenas alguns dos esqueletos deixados na companhia. Bilhões em passivos tributários têm sido equacionados. Essa ação trabalhista é mais um desses esqueletos.

Apesar de a Petrobras não precisar desembolsar os recursos imediatamente, a avaliação de especialistas é de que isso cria uma insegurança jurídica para novas ações trabalhistas contra a companhia. No entanto, a empresa permanecia ontem confiante de que conseguirá provar que cumpriu exatamente o que foi negociado na ação coletiva

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Geralda Doca

Título: Apesar do TST, papéis da Petrobras sobem

Alta do petróleo no mercado internacional pesa mais para investidores do que julgamento de ação trabalhista

-Rio e Brasília- Apesar da derrota sofrida pela Petrobras no Tribunal Superior do Trabalho (TST) na quinta-feira — cuja decisão favorável aos trabalhadores significará uma despesa de R\$ 17,2 bilhões para a estatal —, as ações da empresa fecharam ontem com alta na B3 (antiga Bovespa). Os papéis ordinários

(ON, com direito a voto) avançaram 0,62%, a R\$ 17,76, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) subiram 0,06%, a R\$ 15,11. Os investidores preferiram focar na alta do petróleo: o barril do tipo Brent teve alta de 3,42%, a US\$ 75,55, como reflexo da reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Na véspera, as ações já haviam recuado mais de 5% diante das preocupações com o processo.

O montante total da ação trabalhista refere-se aos R\$ 15,2 bilhões que a Petrobras teria de pagar retroativamente aos funcionários, mais R\$ 2 bilhões de impacto só este ano com salários. A cada ano, seriam mais R\$ 2 bilhões.

O analista da Mirae Asset Corretora Pedro Galdi lembrou que a Petrobras não provisionou em seu balanço valores para cobrir prejuízos com essa ação específica, por julgar que sairá vitoriosa ao fim de todos os recursos. Mas ressaltou que, caso a estatal perca, ela tem em seu balanço um total de R\$ 15,2 bilhões provisionados para ações trabalhistas, que poderão ser usados.

— Essa ação é algo de longo prazo, e há muitas instâncias a recorrer. Então não afeta a companhia a curto prazo. O que mais preocupa a curto prazo é o impacto da variação do câmbio na dívida da empresa e o acordo da cessão onerosa - disse Galdi.

A dívida bruta da Petrobras fechou em US\$ 102,6 bilhões março. Já o dólar, desde 1º de abril até ontem, acumula valorização de 14,21%.

PARA MINISTÉRIOS, DECISÃO DO TST FOI EQUIVOCADA

O imbróglio que levou à decisão do TST teve origem em uma mudança na política de remuneração adotada pela empresa a partir de 2007. Naquele ano, foi criada a Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), que fixou um piso salarial para os cargos. Essa política foi negociada pelas próprias entidades sindicais com a Petrobras.

Na época, os cargos de direção da estatal eram ocupados por pessoas ligadas ao movimento sindical. Quando a RMNR foi criada, o gerente de Recursos Humanos, por exemplo, era Diego Hernandes, ex-dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP). O presidente da Petrobras à época era o petista José Sergio Gabrielli.

Para a Petrobras, a nova política também era uma forma de ajudar na mobilidade na empresa. Ou seja, transferir um profissional da área operacional para administração sem perda de salário.

No entanto, pouco tempo depois, em 2011, as próprias entidades sindicais decidiram contestar os termos na Justiça. O argumento era que o adicional de

periculosidade (pago a quem trabalha em plataformas e refinarias) havia sido incluído de forma ilegal na RMNR e, por isso, os trabalhadores foram prejudicados. Para os sindicatos, esse e outros adicionais deveriam ser pagos além da RMNR e não incluídos na conta.

Isso resultou em milhares de ações em todo o país, o que levou o plenário do TST a arbitrar a causa contra a empresa, com efeito vinculante. Ou seja, o entendimento vale para todos os processos. Os funcionários comemoraram a decisão do TST. "Petroleiros marcam um bolão" afirmou a Federação Nacional dos Petroleiros em boletim informativo divulgado logo após o julgamento da Corte.

A Petrobras aguarda a publicação do acórdão do TST, mas já decidiu recorrer ao próprio Tribunal. Mas sabe que a chance de reverter é mínima. Assim, o passo seguinte será buscar uma solução no Supremo Tribunal Federal (STF). Nos bastidores, os ministério do Trabalho e do Planejamento consideraram a decisão do TST equivocada.

CESSÃO ONEROSA: DE US\$ 25 BI A US\$ 28 BI

O analista da Ativa Investimentos Pedro Guilherme Lima destacou que, apesar de a Petrobras ainda poder recorrer em várias instâncias, com a previsão de que uma decisão final demore dois ou três anos, existe, sim, o risco de uma perda significativa de recursos. Segundo Lima, só os R\$ 15,2 bilhões que a Petrobras teria de pagar retroativamente aos empregados representam 21% do resultado operacional da companhia nos últimos 12 meses findos em março.

— Claro que essa decisão (TST) gera alguma incerteza, é um sinal de alerta, mas não é muito preocupante. A curto prazo, o mais importante é o resultado das negociações sobre a cessão onerosa, que certamente trará recursos para a Petrobras — afirmou o analista.

Já o advogado e especialista em petróleo Guilherme Vinhas, do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, ressaltou que o ganho de curto prazo que a Petrobras poderá ter com o acordo sobre a cessão onerosa, que prevê a revisão do acordo com a União, supera o impacto negativo da ação trabalhista: — O impacto negativo para o caixa da Petrobras, se ela perder, não vai acontecer agora, pois a companhia vai recorrer, e o caso deverá levar de dois anos a três anos em julgamentos. E o impacto positivo da cessão onerosa no curto prazo poderá render uma receita para a Petrobras entre US\$ 25 bilhões a US\$ 28 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Karin Sato****Título: Analistas recomendam cautela com ações de estatais**

Broadcast de olho nas ações

Em ano de eleições presidenciais, a recomendação generalizada dos analistas para os pequenos investidores é de cautela com as ações das estatais. A volatilidade é inevitável, conforme são publicadas pesquisas de intenções de votos. No caso da Petrobrás, o debate em torno dos efeitos das eleições sobre a empresa foi antecipado pela greve dos caminhoneiros, com o governo federal tomando medidas em relação aos preços dos combustíveis.

O analista da Planner, Mário Roberto Mariante, lembra que as discussões sobre a cessão onerosa no Congresso também têm afetado os papéis. Já as ações da Eletrobrás têm oscilado conforme a discussão em Brasília sobre a venda das distribuidoras da companhia e seu processo de privatização. “O cenário político está dominando a cena”, diz Mariante. A equipe de análise do Santander diz que é natural que as ações de estatais permaneçam voláteis nos últimos meses que antecedem uma eleição presidencial.

“Embora a Lei das Estatais tenha introduzido uma série de medidas com o objetivo de profissionalizar a gestão destas empresas, ainda há certo receio por parte dos investidores de que a ingerência estatal possa prejudicar o desempenho econômico delas. Deste modo, recomendamos manter uma exposição reduzida em ações de companhias estatais até o término das eleições, com um percentual entre 10% e 20% do capital alocado numa carteira de ações”, escreve o time do banco.

Para as ações da Petrobrás, a visão é de cautela, pois devem permanecer pressionadas ao menos até que haja uma definição em torno da nova política de preços. Mas, dentro da categoria de “empresas estatais”, é necessário distinguir companhias que estejam mais ou menos expostas ao ciclo eleitoral. As instituições financeiras Banco do Brasil e do Bradesco, por exemplo, apresentaram resultados recentemente que corroboram com a expectativa dos analistas do Santander de melhora gradual do ambiente de crédito e inadimplência.

Vitor Suzaki, analista da Lerosa, lembra que, em função dos riscos, as ações das estatais são negociadas com desconto em relação a concorrentes dos seus respectivos setores. “Das empresas vinculadas à União, a tendência é negativa para as ações da Eletrobrás, com a dificuldade em seu processo de privatização,

como pôde ser observado nesta semana com o adiamento da votação do projeto que permitiria a venda de suas distribuidoras deficitárias”, diz Suzaki.

Por sua vez, o Banco do Brasil tem sido, neste atual governo, menos afetado, na comparação com os anteriores, e tem recuperado rentabilidade, explica Suzaki. “Já Petrobrás teve sua credibilidade manchada com a greve dos caminhoneiros, cujo resultado principal ficou por conta da demissão de Pedro Parente e do aumento do nível de desconfiança dos investidores em relação ao grau da interferência governamental, que custou tão caro nos governos anteriores”, diz.

Sergio Goldman, analista da Magliano, explica que, a longo prazo, a expectativa é de que as estatais apresentem ganhos de eficiência e melhores práticas de governança corporativa. “A cereja do bolo é a privatização, mas, obviamente, isso irá depender de quem será eleito, tanto na eleição presidencial quanto em alguns Estados relevantes tais como São Paulo, Minas Gerais e Paraná”, afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Idiana Tomazelli

Título: Medidas do ajuste fiscal emperram

Pauta defendida pela Fazenda está parada; vice-líder do governo na Câmara admite que parlamento "esqueceu" os problemas fiscais do País

BRASÍLIA- Enquanto o Congresso abre caminho para benefícios fiscais, já de olho nas eleições, a pauta econômica do governo segue travada. Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) admite que parte do Congresso "esqueceu" os problemas fiscais do País, que ainda gasta mais do que arrecada e tem pelo menos outros quatro anos de contas no vermelho pela frente, segundo as projeções do governo. "Acho que desandou um pouco, principalmente com isenções que aconteceram de Funrural e no Refis de micro e pequena empresa. Essa coisa acabou desandando e teve mais renúncia do que deveria ter", diz Mansur.

No início de abril, o governo deu aval para a derrubada de vetos a dois parcelamentos de débitos (Funrural e Simples), o que na prática elevou as renúncias com esses programas. A pressão por outros benefícios só cresceu desde então, e foi agravada com a greve dos caminhoneiros, que rendeu um pacote de R\$ 13,5 bilhões em benesses à categoria para diminuir o custo do diesel. Os projetos que dão os incentivos estão passando à frente de propostas consideradas prioritárias pela equipe econômica.

A mudança no cadastro positivo, que o governo argumenta que vai baratear o crédito a consumidores e empresas que pagam as contas em dia, teve o texto-base aprovado pela Câmara no início de maio. Mas até agora a votação não foi concluída, e o projeto precisa ainda retornar ao Senado. Já o projeto de lei da cessão onerosa foi aprovado na quarta-feira, mas ainda resta analisar três destaques para concluir a votação. Enquanto isso não ocorrer, não é possível que a proposta seja apreciada no Senado. O atraso impede a formalização da revisão do contrato de cessão onerosa e a realização do leilão de excedentes, que pode render R\$ 100 bilhões ao governo.

O Ministério de Minas e Energia (MME) trabalha para realizar a licitação no dia 29 de novembro, data-limite para que uma parte dos recursos possa entrar no caixa do governo ainda neste ano. Enquanto isso, o requerimento de urgência do projeto que permite a venda das distribuidoras da Eletrobrás fica em segundo plano. A urgência (espécie de fura fila da ordem dos projetos que são analisados) precisa de 257 votos favoráveis, e como a oposição tem entre 120 e 140 votos, é preciso um quórum de 400 parlamentares, o que pode ser desafiador em tempos de Copa do Mundo e festas juninas, às vésperas do recesso em julho e da campanha eleitoral.

Sem conseguir emplacar sua agenda, a área econômica tem trabalhado para tentar barrar ainda no Congresso as iniciativas que podem comprometer ainda mais as contas públicas. O Tribunal de Contas da União (TCU), por sua vez, tem cobrado a equipe econômica a apontar as fontes de recursos para bancar eventuais renúncias, o que é visto como positivo nos bastidores do governo, porque pode ajudar a barrar essas iniciativas diante cenário de restrição fiscal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Adriana Fernandes

Título: Projeto do pré-sal favorece Petrobrás

Texto da cessão onerosa aprovado esta semana na Câmara detalha acordo entre governo e estatal e pode destravar leilão de até R\$ 100 bi

BRASÍLIA- O projeto de lei aprovado nesta semana na Câmara que autoriza a Petrobrás a vender até 70% das áreas de cessão onerosa na Bacia de Santos (SP) mostra que várias das arestas que impediam a assinatura da revisão do contrato firmado entre governo e a petroleira há oito anos foram eliminadas. Os pontos em que não havia acordo tiveram critérios claros estabelecidos na lei e apontam quem ganhou ou perdeu em cada uma das disputas.

O acordo da cessão onerosa foi fechado pela Petrobrás com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia, entre outros fatores. Em razão disso, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida.

O projeto trata exatamente das condições da revisão desse acordo. Embora ambas as partes tenham cedido, o saldo é mais positivo para a Petrobrás. A posição da Petrobrás, desde o início, era mais confortável: caso o impasse da revisão persistisse, a União só poderia leiloar o óleo excedente (que ultrapassa os 5 bilhões de barris) ao fim do contrato da cessão onerosa, em 2050.

A lei deixa claro que a revisão do contrato vai considerar a existência de prejuízos fiscais acumulados pela Petrobrás. Isso significa que a União terá de compensar a empresa pelas perdas que teve com essa operação até agora. Também foi atendida a demanda da Petrobrás pelo abatimento do bônus de assinatura pago pela companhia para ter direito a explorar os barris da cessão onerosa.

Tributos. O bônus pago pela Petrobrás será considerado um custo, o que diminui a quantidade de imposto que a empresa vai pagar à Receita.

Ao permitir o abatimento do bônus ao longo dos anos, o contribuinte devolverá o valor que a Petrobrás pagou pelas áreas na forma de desconto de impostos.

Em dois pontos de grande divergência e que envolviam grande impacto no valor a ser pago, prevaleceu a posição da União. A data da retirada do primeiro óleo e data de comercialização eram pontos-chave para marcar o início do cálculo do fluxo de caixa descontado. A Petrobrás queria que fossem consideradas as datas referentes ao último campo. Já a União queria a individualização das datas de cada um dos campos, pois isso faria com que o tempo entre a assinatura do contrato e a revisão fosse menor.

Quanto menor o prazo, menor a desvalorização do dinheiro aplicado pela União e, consequentemente, menor o saldo a ser ressarcido à Petrobrás. Outro ponto resolvido no projeto de lei é a divergência no cálculo de gasto incorrido na exploração das áreas. O contrato foi feito de forma a garantir certa rentabilidade à Petrobrás. Por isso, os custos da companhia deveriam ter ressarcimento. A Petrobrás alegava custos superiores aos calculados pela certificadora contratada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP).

Como não houve acordo, a lei estabelece que será usada a média de estimativas de gastos constantes. Porém, essa média da estimativa de gastos será ponderada pelo escopo da curva de produção a ser adotada na revisão. Isso significa que a curva de produção original, prevista no contrato, não será usada. Então, nem mesmo eventuais atrasos da Petrobrás na exploração do óleo serão descontados.

Conteúdo local. A revisão do contrato da cessão onerosa vai usar como base as normas de conteúdo local editadas pela ANP na data de sua assinatura.

Isso favorece a Petrobrás, pois as regras para conteúdo local (obrigação de contratar produtos e serviços de empresas nacionais) vigente em 2010 eram mais rígidas do que as atuais. Isso significa que a companhia terá mais liberdade para contratar bens e serviços, independentemente da origem. O projeto de lei permite que a Petrobrás seja ressarcida caso devolva áreas para a União, algo que não estava previsto no contrato original. A proposta atende aos dois lados.

Se a Petrobrás quiser devolver uma das áreas, terá garantido os 5 bilhões de barris originais. Já o governo poderá leiloar uma área limpa, sem a presença da Petrobrás, para outro operador. Ao optar por um substitutivo de um projeto de lei de autoria dos deputados, a União fez uma aposta arriscada, mas certa para a revisão do contrato, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Não foi à toa que o relator escolhido foi o deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE), ex-ministro de Minas e Energia, que trabalhou de forma alinhada com o governo na elaboração do texto final. Para que a alternativa desse certo, o governo necessariamente teria de contar com o apoio do Congresso para dar respaldo aos critérios da revisão do contrato, correndo o risco de que esses itens fossem alterados por um Congresso desmobilizado e preocupado com as eleições.

Editar uma Medida Provisória exigiria uma justificativa técnica de difícil instrução por parte da União e poderia expor os servidores que assinassem os documentos a processos futuros. Como o Congresso é soberano, esse risco foi eliminado com o projeto de lei. Após duras negociações com a companhia feitas por um comissão interministerial, há uma preocupação do governo em legitimar a negociação via Congresso.

O texto foi costurado a sete chaves com Ministério da Fazenda. Além disso, o governo busca enfrentar as resistências políticas ao projeto com a sinalização de que a outorga do leilão será paga em parcelas. O próximo presidente será beneficiado pelas receitas do pré-sal. O TCU deu demonstração de que não será fácil a negociação. Em nota, negou que tenha dado apoio ao acordo do novo texto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna RIO e Renée Pereira****Título: Interferência do governo atrapalha venda de refinarias**

Congelamento do diesel e proposta de mudança na política de preços do combustível afastaram interessados na compra dos ativos

A interferência do governo na política de preços dos combustíveis no Brasil, em decorrência da greve dos caminhoneiros, está atrapalhando o processo de venda das refinarias da Petrobrás, informaram bancos de investimento envolvidos no processo de privatização das unidades.

O plano da estatal é colocar nas mãos da iniciativa privada 25% da capacidade de refino do País – hoje monopólio quase total da estatal. O anúncio da venda de 60% de quatro refinarias da Petrobrás foi realizado em abril deste ano, quando a estatal divulgou o plano de vender o controle de duas unidades no Nordeste (Abreu e Lima e Landulpho Alves) e duas no Sul (Alberto Pasqualini e Presidente Getúlio Vargas), além de outros ativos ligados à logística do refino, como oleodutos e terminais.

Na época do anúncio da venda, no auge da política de ajustes diários do diesel e da gasolina da gestão Pedro Parente, a expectativa era de que o negócio atraísse entre 12 e 14 interessados, que demonstravam boa receptividade aos ativos, segundo bancos de investimentos que participam das negociações.

Agora, revelam fontes desses bancos, está sendo difícil até mesmo ser recebido pelos possíveis interessados. O prazo para o fechamento de um acordo entre os interessados nas refinarias e a estatal foi estendido até 2 de julho, para que outras empresas que já manifestaram interesse possam participar do processo, ampliando a competitividade, informou a Petrobrás no início da semana.

A estatal disse que cinco empresas assinaram o termo de confidencialidade para avaliar a compra das participações. Segundo fontes que acompanham o processo de venda, o congelamento do diesel e a decisão de delegar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o protagonismo na formulação de uma política de preços para os combustíveis mostrou retrocesso do Brasil aos olhos dos investidores globais, e a expectativa em relação ao número de interessados caiu em um terço nas últimas semanas.

Apetite. "O Brasil mandou dois sinais incongruentes: tem refinarias à venda e, ao mesmo tempo, lançou uma consulta pública para regular a periodicidade dos

ajustes dos combustíveis. Ninguém vai vir assim, ninguém sabe o que vai acontecer", avaliou a pesquisadora Fernanda Delgado, da FGV Energia.

A mudança de apetite dos investidores em relação ao refino reflete a decisão sobre o diesel e a da ANP de abrir consulta pública para definir a periodicidade dos ajustes de preços, o que é considerado uma intervenção no setor pelo mercado, já que significa, de alguma maneira, a volta do controle de preços.

De acordo com o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, nenhum país consegue atrair investidores em meio a uma instabilidade política e de insegurança jurídica, como ocorre no momento no setor de refino brasileiro. "O setor de downstream (transporte e distribuição de produtos da indústria do petróleo) deixou de ter estabilidade regulatória e segurança jurídica, ninguém vai investir assim. Enquanto o governo não recuperar essa estabilidade, não vai vender", afirmou Pires.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras prevê pagar ação bilionária de forma progressiva

Estatual descarta impacto financeiro imediato após perder processo de R\$ 15 bi e aposta em recurso no STF

Rio de Janeiro- A derrota na maior ação trabalhista da história da Petrobras beneficiará 51 mil empregados e ex-empregados da companhia. Eles terão direito a pagamentos retroativos de adicionais de periculosidade e trabalho noturno, entre outros.

A empresa entende que a decisão não representará desembolsos imediatos, uma vez que ainda cabe recurso. Mesmo em caso de derrota, a estatal realizará os pagamentos de acordo com execuções de ações em instâncias inferiores.

Na quinta-feira (21), a Petrobras foi derrotada por 13 votos a 12 no TST (Tribunal Superior do Trabalho) em ação que envolve R\$ 15 bilhões em valores retroativos. Há ainda o custo adicional de cerca de R\$ 2 bilhões por ano na folha de pagamento.

Em notas divulgadas nesta sexta-feira (23), a Petrobras e a BR Distribuidora informaram que não preveem impactos financeiros imediatos. A BR afirmou que aguarda o teor da decisão para avaliar se o pagamento de adicionais é aplicável à companhia. Na quinta, diante da expectativa de perda no TST, as ações

preferenciais da Petrobras (as mais negociadas) caíram 6,85%. Nesta sexta, os papéis fecharam estáveis.

Ministros do TST votaram a favor de empregados que pedem o pagamento de adicionais de periculosidade, trabalho noturno e horas de descanso e refeição que a estatal entende que foram contempladas em acordo trabalhista de 2007. Naquele ano, em concordância com os sindicatos, a gestão da Petrobras criou a RMNR (Remuneração de Nível e Regime), que equalizava os salários dos empregados por região e regime de trabalho, incluindo benefícios e adicionais.

A medida teve o objetivo de corrigir distorções salariais criadas pela manutenção, nos salários de empregados transferidos para áreas administrativas, dos adicionais que recebiam quando estavam lotados em áreas operacionais. Duas pessoas que trabalhavam no mesmo setor e com as mesmas funções poderiam ter salários diferentes.

Em 2007, a empresa decidiu equiparar os valores de todos os empregados, incorporando os benefícios aos salários. Em 2012, o acordo começou a ser questionado. No balanço da estatal, o valor dos processos é estimado em R\$ 15,264 bilhões. A instituição da RMNR é alvo de denúncias de empregados e acionistas minoritários insatisfeitos com a gestão da área de recursos humanos da empresa durante os governos petistas, para quem a companhia beneficiou os sindicatos às custas de um passivo trabalhista futuro.

Diretor da FUP Federação Única dos Petroleiros (FUP) e ex-representante dos trabalhadores no conselho de administração da Petrobras, Deyvid Bacelar alegou que a Petrobras mudou sua interpretação após o acordo, incluindo os adicionais na rubrica "complemento da RMNR". "Na negociação do acordo coletivo de 2009, a empresa continuou insistindo [que os adicionais] já estariam incluídos no complemento]. Em 2011 também e aí começaram a pipocar as ações", diz ele. A Petrobras acredita que pode mudar o resultado da decisão do TST no STF (Supremo Tribunal Federal).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Revés de R\$ 15 bilhões no TST ameaça a Petrobras

Com grandes risco de perder R\$ 15,2 bilhões na maior ação trabalhista registrada no país, a Petrobras voltou a ter a saúde financeira colocada em dúvida por analistas. Não bastassem os casos de corrupção que a debilitaram no governo passado, a empresa sofreu fortes baques nos últimos dois meses. A paralisação dos caminhoneiros colocou a companhia no centro de uma grave

crise política, que culminou com a demissão de Pedro Parente da presidência. O revés mais recente veio na quinta-feira, com a derrota sofrida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em processo envolvendo 43 ações coletivas e 7.400 ações individuais movidas por empregados e ex-funcionários.

A estatal ressalta que vai recorrer da decisão, mas, segundo especialistas, a conta deve chegar, atrapalhando a recuperação que a empresa teve nos últimos anos. O TST avaliou, por 13 votos contra 12, que a Petrobras não poderia ter incluído no cálculo da base salarial dos empregados adicionais como os de trabalho noturno e de periculosidade, além de horas extras. Caso a decisão seja confirmada após o desfecho de todos os recursos, cerca de 51 mil aposentados e ativos receberão a quantia bilionária, o que resultará em uma média de R\$ 298 mil para cada beneficiário. Além disso, a folha de salário de companhia terá um incremento de R\$ 2 bilhões por ano.

O valor total da ação não foi provisionado pela empresa, apesar de ter sido reconhecido nos balanços trimestrais. Atualmente, a Petrobras reconhece, formalmente, que o prejuízo é “possível”, e deve permanecer nessa condição enquanto couberem recursos. Por isso, a companhia sustenta que “não há impacto financeiro imediato”. Segundo o TST, a empresa pode entrar com embargos de declaração na própria corte e com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF). A estatal garantiu que vai brigar pelo processo até o fim.

De acordo com o sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), Adriano Pires, a decisão do TST foi muito prejudicial para a Petrobras, que passa por uma “recuperação financeira muito forte”. A estatal saiu de uma dívida bruta de R\$ 397,7 bilhões, em junho de 2016, para os atuais R\$ 340,9 bilhões. Segundo Pires, a estatal sofre nas mãos de corporações, inclusive sindicais, que não mostram nenhuma sensibilidade em relação à saúde financeira da companhia.

Sem dono

“No fundo, a empresa parece que não tem dono. Esse lema de que ‘o petróleo é nosso’ não existe. As corporações e os políticos se aproveitam de oportunidades como essa para tirar dinheiro da estatal. No final, quem paga a conta somos nós, porque a União é a maior acionista”, destacou o especialista.

A remuneração dos funcionários foi negociada com os trabalhadores na gestão de José Sérgio Gabrielli, que assumiu a empresa no último governo petista. Apesar disso, as entidades sindicais passaram a contestar o acordo passados três anos. “Se fosse uma empresa privada e tivesse que pagar R\$ 15,2 bilhões, a empresa quebrava. Como é uma estatal, e pode ser financiada pela União, as

corporações não têm essa preocupação”, criticou Pires. Procurada, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) não se manifestou.

No mercado, a Petrobras segue como dúvida. O sócio da Vokin Investimentos, Guilherme Macedo, avalia que, de fato, a fatura de R\$ 15,2 bilhões assusta, mas acredita que a trajetória de melhora da estatal não deve mudar. O economista-chefe da corretora Nova Futura Silveira, Pedro Paulo, disse que é mais um item na “coleção de incertezas” que a companhia oferece ao mercado. “Em algum momento essa conta vai chegar”, observou.

Flip aplaude Hilda Hilst

MME / ASCOM .